

CRÍTICAS FEMINISTAS À DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO¹

Carole Pateman

A dicotomia entre o privado e o público é central para quase dois séculos de escrita e luta política feministas; em última análise, essa é a questão central do movimento feminista. Embora algumas feministas tratem a dicotomia como uma característica universal, trans-histórica e transcultural da existência humana, a crítica feminista é dirigida principalmente à separação e à oposição entre as esferas pública e privada na teoria e na prática liberais.

A relação entre feminismo e liberalismo é extremamente íntima, mas também muitíssimo complexa. As raízes de ambas as doutrinas residem no surgimento do individualismo como teoria geral da vida social; nem o liberalismo nem o feminismo são concebíveis sem alguma concepção dos indivíduos como seres livres e iguais, emancipados dos títulos hierárquicos e atribuídos da sociedade tradicional. Mas se o liberalismo e o feminismo têm uma origem comum, seus adeptos têm se oposto com frequência ao longo dos últimos 200 anos. A direção e o alcance da crítica feminista às concepções liberais de público e privado variaram muito em diferentes fases do movimento feminista. A análise dessa crítica se complica ainda mais porque o liberalismo é inerentemente ambíguo em relação ao “público” e ao “privado”, e feministas e liberais discordam sobre onde e por que deve ser traçada a linha divisória entre as duas esferas, ou, de acordo com certos argumentos feministas contemporâneos, se essa linha deve sequer ser traçada.

O feminismo é visto frequentemente como nada mais do que a conclusão da revolução liberal ou burguesa, como uma extensão, às mulheres, dos princípios e direitos liberais que os homens têm. A demanda por igualdade de direitos sempre foi, é claro, uma parte importante do feminismo. No entanto, a tentativa de universalizar o liberalismo tem mais consequências de longo alcance do que se costuma reconhecer porque, no final das contas, inevitavelmente questiona o próprio liberalismo². O feminismo liberal tem implicações radicais, em particular por questionar a separação e a oposição entre as esferas pública e privada, que é fundamental para a teoria e a prática liberais. O contraste liberal entre público e privado é mais do que uma distinção entre dois tipos de atividades sociais. A esfera pública, e os princípios que a regem, são considerados como separados, ou independentes,

¹ Tradução de Verso Tradutores do original “Feminist critiques of the public/private dichotomy”. *The disorder of women*. Direitos cedidos por Polity Press.

² O caráter subversivo do feminismo liberal foi revelado recentemente por Z. Eisenstein (1981).

das relações na esfera privada. Uma ilustração conhecida desta afirmação é a longa controvérsia entre cientistas políticos liberais e radicais sobre participação, com os radicais negando a afirmação liberal de que as desigualdades sociais da esfera privada são irrelevantes para questões de igualdade política, sufrágio universal e as liberdades civis da esfera pública a elas associadas.

No entanto, nem todas as feministas são liberais; o “feminismo” vai muito além do feminismo liberal. Outras feministas rejeitam explicitamente concepções liberais do privado e do público e veem a estrutura social do liberalismo como o problema político, e não como ponto de partida a partir do qual a igualdade de direitos possa ser afirmada. Elas têm muito em comum com os críticos radicais e socialistas do liberalismo, que trabalham com teorias “orgânicas” (para usar a terminologia de Benn e Gaus, 1983, cap. 2), mas diferem muito em sua análise do Estado liberal. Em suma, as feministas, ao contrário de outros radicais, levantam o problema amplamente negligenciado do caráter patriarcal do liberalismo.

Liberalismo e patriarcalismo

A descrição de Benn e Gaus sobre a concepção liberal de público e privado ilustra muito bem alguns dos principais problemas da teoria liberal. Os autores aceitam que o privado e o público são categorias centrais do liberalismo, mas não explicam por que esses dois termos são cruciais ou por que a esfera privada é contrastada e oposta ao domínio “público” em vez do “político”. Da mesma forma, observam que os argumentos liberais não deixam claro se a sociedade civil é privada ou pública, mas, apesar de afirmarem que em ambos os seus modelos liberais a família é paradigmaticamente privada, não tratam da razão pela qual, neste caso, os liberais também costumam ver a sociedade civil como privada. A descrição de Benn e Gaus do liberalismo também ilustra seu caráter abstrato, a-histórico e – naquilo que é omitido e tido como dado – oferece um bom exemplo das discussões teóricas que as feministas agora criticam duramente. A descrição confirma a afirmação de Eisenstein de que “a ideologia da vida pública e privada” invariavelmente apresenta “a divisão entre vida pública e privada ... como reflexo do desenvolvimento do Estado liberal burguês, e não da ordem patriarcal do Estado burguês” (Eisenstein, 1981, p. 223).

O termo “ideologia” é apropriado neste caso porque a profunda ambiguidade da concepção liberal de privado e público obscurece e mistifica a realidade social que ajuda a constituir. As feministas argumentam que o

liberalismo é estruturado por relações patriarcais, bem como de classe, e que a dicotomia entre o privado e o público obscurece a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista. A descrição de Benn e Gaus pressupõe que a realidade da nossa vida social seja captada de forma mais ou menos adequada nas concepções liberais. Eles não reconhecem que o “liberalismo” é liberalismo patriarcal e que a separação e a oposição das esferas pública e privada é uma oposição desigual entre mulheres e homens. Portanto, aceitam o discurso sobre “indivíduos” na teoria liberal como ele é apresentado, embora, a partir do período em que os teóricos do contrato social atacaram os patriarcalistas, os teóricos liberais tenham excluído as mulheres do âmbito de seus argumentos aparentemente universais³. Uma razão pela qual a exclusão passa despercebida é que a separação do público e do privado é apresentada na teoria liberal como se ela se aplicasse a todos os indivíduos da mesma maneira. Frequentemente é afirmado – por antifeministas hoje em dia, mas também pelas feministas do século XIX, a maioria das quais aceitava a doutrina das “esferas separadas” – que as duas esferas são separadas, mas igualmente importantes e valiosas. A maneira em que mulheres e homens são situados de forma diferenciada dentro da vida privada e do mundo público é, como indicarei, uma questão complexa, mas, subjacente a uma realidade complicada, há a crença de que as naturezas das mulheres são tais que elas são devidamente submetidas aos homens e seu lugar é na esfera doméstica e privada. Os homens corretamente habitam as duas esferas e tomam as decisões no âmbito delas. O argumento feminista essencial é de que a doutrina “separados, mas iguais” e o individualismo e o igualitarismo ostensivos da teoria liberal obscurecem a realidade patriarcal de uma estrutura social de desigualdade e a dominação das mulheres pelos homens.

Em teoria, liberalismo e patriarcalismo são irrevogavelmente opostos. O primeiro é uma doutrina individualista, igualitária e convencionalista; o segundo afirma que, das características naturais de homens e mulheres, necessariamente decorrem relações hierárquicas de subordinação. Na verdade,

3 J. S. Mill é uma exceção a essa generalização, mas Benn e Gaus não mencionam *A sujeição das mulheres*. Pode-se objetar que B. Bosanquet, por exemplo, refere-se em *The Philosophical Theory of the State* (cap. X, 6), às “duas pessoas que são [a] cabeça” da família. No entanto, Bosanquet está discutindo Hegel, e não demonstra qualquer entendimento de que a filosofia de Hegel se baseie na exclusão explícita, e filosoficamente justificada, de mulheres da liderança de uma família ou da participação na sociedade civil ou no Estado. A referência de Bosanquet a “duas pessoas”, portanto, exige uma crítica importante de Hegel, e não uma mera exposição. Os argumentos liberais não podem ser universalizados por meio de uma referência simbólica a “mulheres e homens” em vez de “homens”. Sobre Hegel, ver (Mills, 1979). (Agradeço a Jerry Gaus por chamar minha atenção para as observações de Bosanquet.)

as duas doutrinas foram bem conciliadas na resposta dada pelos teóricos do contrato, no século XVII, à questão subversiva sobre quem seria considerado livre e igual. O conflito com os patriarcalistas não se estendia às mulheres nem às relações conjugais; estas foram excluídas dos argumentos individualistas e a batalha foi travada sobre a relação dos filhos adultos com seus pais.

A base teórica para a separação liberal do público e do privado foi oferecida no *Segundo tratado* de Locke. Ele argumentou, contra Filmer, que o poder político é convencional e só pode ser exercido justificadamente sobre indivíduos adultos livres e iguais com o consentimento desses indivíduos. O poder político não deve ser confundido com o poder paterno sobre os filhos na esfera familiar privada, que é uma relação natural que termina com a maturidade e, portanto, com a liberdade e a igualdade, dos filhos (homens). Os observadores geralmente não conseguem perceber que a separação que Locke faz do familiar e do político também é uma divisão sexual. Embora tenha argumentado que as diferenças naturais entre homens, como idade ou talentos, são irrelevantes para sua igualdade política, ele concorda com a afirmação patriarcal de Filmer de que as diferenças naturais entre homens e mulheres implicam a sujeição delas a eles, ou, mais especificamente, das esposas aos maridos. Na verdade, em sua declaração no início do *Segundo tratado*, de que vai mostrar por que o poder político é distintivo, Locke dá como certo que o controle de maridos sobre esposas está incluído em outras formas (não políticas) de poder. Ele concorda explicitamente com Filmer em que a subordinação da esposa ao seu marido tem um “Fundamento na Natureza” e que a vontade do marido deve prevalecer na casa, já que ele é, naturalmente, o “mais capaz e mais forte” (Locke, 1967, I, § 47, II § 82)⁴. Mas um subordinado natural não pode ser, ao mesmo tempo, livre e igual. Assim, as mulheres (esposas) são excluídas da condição de “indivíduos” e, portanto, de participar do mundo público da igualdade, do consentimento e das convenções.

Pode parecer que a separação que Locke faz entre o poder paterno e o político se caracteriza como uma separação do privado em relação ao público. Em certo sentido, isso é verdade; a esfera pública englobaria, assim, toda a vida social que não a vida doméstica. A teoria de Locke também mostra como as esferas pública e privada estão fundamentadas em princípios opostos de associação que são exemplificados na condição conflitante de mulheres e homens; a subordinação natural se define em oposição ao

⁴ O conflito entre os teóricos do contrato social e os patriarcalistas é discutido em detalhes em Brennan e Pateman (1979, p. 183-200).

individualismo livre. A família é baseada em laços naturais de sentimento e de sangue, e na condição sexualmente definida de esposa e marido (mãe e pai). A participação na esfera pública é regida por critérios universais, impessoais e convencionais de êxitos, interesses, direitos, igualdade e propriedade – critérios liberais, aplicáveis apenas aos homens. Uma consequência importante dessa concepção de público e privado é que, na teoria liberal (na verdade, em quase toda a teoria política), conceitua-se e se discute o mundo público, ou a sociedade civil, abstraída ou separada da esfera privada doméstica.

É importante ressaltar, neste momento, que a crítica feminista contemporânea da dicotomia público-privado é baseada na mesma visão lockeana das duas categorias; a vida doméstica é tão paradigmaticamente privada para as feministas quanto na teoria de Locke (nesta interpretação dela). No entanto, as feministas rejeitam a alegação de que a separação entre privado e público é resultado inevitável das características naturais dos sexos. Elas argumentam que uma compreensão adequada da vida social liberal só é possível quando se aceita que as duas esferas, a doméstica (privada) e a sociedade civil (pública), consideradas separadas e opostas, estão inextricavelmente interligadas; são os dois lados da mesma moeda do patriarcalismo liberal.

Se, em um nível teórico, feministas e liberais estão em conflito em relação a uma concepção compartilhada de público e privado, em outro nível, estão em desacordo sobre as próprias categorias. Há outro sentido no qual privado e público estão longe de ser sinônimos do poder paterno e político de Locke. Precisamente porque o liberalismo conceitua sociedade civil de forma abstrata em relação à vida definida como doméstica, esta continua a ser “esquecida” na discussão teórica. Portanto, a separação entre público e privado é restabelecida como uma divisão *dentro* da própria sociedade civil, dentro do mundo dos homens. Assim, a separação é expressa de uma série de maneiras diferentes, não só como privado e público, mas também, por exemplo, “sociedade” e “estado”, “economia” e “política”, “liberdade” e “coerção” ou “social” e “político”⁵. Além disso, *nesta* versão da separação de público e privado, uma categoria, o privado, começa a vestir calças (para

⁵ Os dois princípios de justiça de Rawls dão um exemplo dessa divisão. Ele afirma que os princípios “presupõem que a estrutura social possa ser dividida em duas partes mais ou menos distintas”. Ele não as chama de privado e público, mas as “liberdades iguais de cidadania” são geralmente chamadas de liberdades “políticas” e as “desigualdades sociais e econômicas” da segunda parte costumam ser consideradas como parte da esfera “privada”. Na formulação final de Rawls, fica claro que os princípios se referem à sociedade civil e que a família está fora do alcance deles. A parte (b) do segundo princípio, a igualdade de oportunidades, não se aplica à família, e a parte (a), o princípio da diferença, pode não se aplicar. Um filho inteligente, por exemplo, pode ser enviado para a universidade à custa de outros membros da família. (Devo esta última questão a minha aluna Deborah Kearns.) (Rawls, 1971, p. 61 e 302).

adaptar a metáfora patriarcal de J. L. Austin, pelo menos uma vez em um contexto apropriado). O aspecto público e político da sociedade civil tende a se perder, como, por exemplo, aponta Wolin (1961).

A posição incerta da esfera pública se desenvolve por uma boa razão: os critérios aparentemente universais que regem a sociedade civil são, na verdade, aqueles associados à concepção liberal do indivíduo do sexo masculino, uma concepção que é apresentada como a *do* indivíduo. O indivíduo é o dono da propriedade em sua pessoa, ou seja, é visto abstraído de suas relações marcadas como familiares e das relações com seus semelhantes homens. É um indivíduo “privado”, mas precisa de uma esfera em que possa exercer seus direitos e oportunidades, ir em busca seus interesses (privados) e proteger e aumentar sua propriedade. Assim sendo, para que todos os homens (“indivíduos”) ajam de forma ordenada, como Locke sabe, é necessário um “árbitro” público (em vez de uma mão oculta – privada?) ou um Estado liberal e representativo para fazer e cumprir leis justas e de conhecimento público. Porque o individualismo é, como observam Benn e Gaus, “o modo dominante da teoria e do discurso liberais”, não é de surpreender que o privado e o público apareçam como par “óbvio” de categorias liberais nem que o público seja esvaziado e a sociedade civil seja vista, acima de tudo, como a esfera do interesse privado, do empreendimento privado e dos indivíduos privados⁶.

No final do século XX, a relação entre a economia capitalista e o Estado já não parece aquela entre o árbitro de Locke e a sociedade civil, e é grande a confusão sobre a fronteira entre o privado e o público. Mas é improvável que a confusão seja sanada a partir de uma teoria que se “esquece” que ela mesma inclui outra fronteira entre privado e público. Uma solução é restabelecer a política na vida pública. Esta é a resposta de Wolin ou de Habermas (1974, p. 49-55) em sua discussão bastante opaca do “princípio” da esfera pública, onde os cidadãos podem formar juízos políticos fundamentados⁷. Ao contrário desses teóricos, as críticas feministas insistem em que uma alternativa à concepção liberal deve englobar também a relação entre a vida

6 Também é a esfera da privacidade. Reiman (1976, p. 39), relaciona “possuir” o próprio corpo à ideia de um *selfe* argumenta que é por isso que a privacidade é necessária. Meus comentários no texto não explicam por que os teóricos liberais geralmente escrevem sobre o privado e o público, em lugar do político. Só se pode encontrar uma explicação em um exame completo das ambiguidades liberais sobre o público e o político, o que nos afasta muito do objetivo deste capítulo, embora o problema surja novamente abaixo, no contexto do lema feminista “o pessoal é o político”.

7 No entanto, Habermas, como outros autores, ignora o fato de que as mulheres, convencionalmente, são consideradas deficientes no que concerne a razão e, portanto, inadequadas para participar de um corpo político.

pública e a doméstica. A questão que levantam as feministas é por que o caráter patriarcal da separação entre uma esfera pública despolitizada e a vida privada é tão facilmente “esquecido”, por que a separação dos dois mundos é situada dentro da sociedade civil, de modo que a vida pública seja implicitamente conceituada como a esfera dos homens?

A resposta a esta pergunta só pode ser encontrada examinando-se a história das conexões entre a separação da produção em relação ao agregado familiar e o surgimento da família como paradigmaticamente privada. Quando Locke atacou o patriarcalismo (melhor dizendo, um aspecto do patriarcalismo), os maridos eram chefes de família, mas suas mulheres desempenhavam um papel ativo e independente em muitas áreas da produção. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo e de sua forma específica de divisão do trabalho, sexual e de classe, as esposas foram empurradas para empregos com status inferior ou mantidas completamente fora da vida econômica, relegadas a seu lugar “natural”, dependente, na esfera familiar e privada⁸. Hoje, apesar de um nível elevado de igualdade civil, parece natural que as esposas sejam subordinadas apenas por dependerem de seus maridos para a subsistência, e é dado como certo que a vida social liberal pode ser entendida sem referência à esfera da subordinação, das relações naturais e das mulheres. Dessa forma, o velho argumento patriarcal que tem como ponto de partida a natureza e a natureza das mulheres foi transformado ao ser modernizado e incorporado ao capitalismo liberal. A atenção teórica e prática passou a se fixar exclusivamente na área pública, na sociedade civil – “no social” ou “na economia” – e se presumiu que a vida doméstica era irrelevante à teoria social e à política ou às preocupações dos homens de negócios. O fato de que o patriarcalismo é uma parte essencial, na verdade, constitutiva, da teoria e da prática do liberalismo permanece obscurecido pela dicotomia aparentemente impessoal e universal entre público e privado dentro da própria sociedade civil.

A relação íntima entre o privado e o natural é obscurecida quando, como na descrição de Benn e Gaus, discutem-se o privado e o público abstraídos de seu desenvolvimento histórico e também de outras formas de expressar essa separação estrutural fundamental dentro do liberalismo. Já observei que, quando a separação está situada dentro da sociedade civil, se faz referência à dicotomia entre o privado e o público de diversas maneiras (e uma visão completa do liberalismo teria que explicar essas variações). Da

⁸ No presente contexto, estas observações devem ser muito condensadas. Para uma ampliação, ver Brennan e Pateman (1979); Hartmann (1976, p. 137-70); Oakley (1974, cap. 2 e 3).

mesma forma, às vezes, a compreensão feminista do privado e do público e a crítica feminista de sua separação e oposição são apresentadas nesses termos, mas o argumento também é formulado usando as categorias de natureza e cultura, pessoal e político, moralidade e poder, e, claro, mulheres e homens e masculino e feminino. Na consciência popular (e acadêmica), a dualidade entre feminino e masculino costuma servir para sintetizar ou representar a série (ou o círculo) de separações e oposições liberais: feminino ou – natureza, pessoal, emocional, amor, privado, intuição, moralidade atribuição, particular, sujeição; masculino ou – cultura, político, razão, justiça, público, filosofia, poder, êxito, universal, liberdade. A mais fundamental e geral dessas oposições associa as mulheres à natureza e os homens à cultura, e várias feministas contemporâneas definiram suas críticas nesses termos.

Natureza e cultura

O patriarcalismo se baseia no apelo à natureza e no argumento de que a função natural da mulher de procriar prescreve seu lugar doméstico e subordinado na ordem das coisas. J. S. Mill escreveu, no século XIX, que a profundidade dos sentimentos que cercam o apelo à natureza fazia dele “o mais intenso e mais profundamente enraizado de todos aqueles que se agrupam em volta das velhas instituições e costumes e as protegem” (Mill, 1970, p. 125-242). Na década de 1980, quando as mulheres nas democracias liberais conquistaram a cidadania e um alto nível de igualdade jurídica com os homens, os argumentos do movimento antifeminista organizado ilustram que o apelo à natureza não perdeu nada de seu eco. Desde o século XVII, uma pergunta tem sido feita persistentemente por algumas vozes femininas: “Se todos os homens nascem livres, por que todas as mulheres nascem escravas?” (Astell, 1977, p. 240). A resposta habitual, vigorosamente apresentada por Mary Wollstonecraft em *Vindication of the Rights of Women*, de 1792, e por críticas feministas atuais do sexismo nos livros infantis, nas escolas e nos meios de comunicação, é que as chamadas características naturais das mulheres são, na verdade, nas palavras de Wollstonecraft, “artificiais”, um produto da educação que elas recebem ou da falta dela. No entanto, nem mesmo as mudanças mais radicais na prática da educação vão afetar a capacidade natural e biológica das mulheres de ter filhos. Essa diferença entre os sexos é independente da história e da cultura e, por isso, talvez não surpreenda que a diferença natural e a oposição entre a natureza (das mulheres) e a cultura (dos homens) tenham sido fundamentais para algumas conhecidas

tentativas feministas de explicar a subordinação aparentemente universal das mulheres. Os argumentos com foco em natureza/cultura se dividem em duas grandes categorias, a antropológica e a feminista radical⁹.

Em uma das discussões antropológicas mais influentes, Ortner argumenta que a única maneira de explicar por que o valor universalmente atribuído às mulheres e suas atividades é inferior ao atribuído aos homens e suas atividades é que as mulheres são “um símbolo” de tudo o “que todas as culturas definem como sendo de uma ordem de existência inferior à sua” (Ortner, 1974, p. 72). Ou seja, as mulheres e a vida doméstica simbolizam a natureza. A humanidade tenta transcender uma existência meramente natural, de forma que a natureza é sempre vista como sendo de uma ordem inferior à da cultura. A cultura passa a ser identificada como a criação e o mundo dos homens porque a biologia e os corpos das mulheres as colocam mais perto da natureza do que os homens, e porque suas tarefas de criação de filhos e domésticas, lidando com bebês ainda não socializados e com matérias cruas, colocam-nas em contato mais próximo com a natureza. Portanto, as mulheres e a esfera doméstica parecem inferiores à esfera cultural e às atividades masculinas, e as mulheres são consideradas necessariamente subordinadas aos homens.

Não fica claro se Ortner está argumentando que as atividades domésticas das mulheres simbolizam a natureza, fazem parte da natureza ou, em vez disso, situam as mulheres em uma posição de mediação entre natureza e cultura. Ela argumenta que a oposição mulheres/natureza e homens/cultura é, em si, um construto cultural e não está dada na natureza; “a mulher não está, ‘na realidade’, nem um pouco mais próxima (ou mais distante) da natureza do que o homem – ambos têm consciência, ambos são mortais. Mas certamente há razões pelas quais ela aparece assim” (id., p. 87). No entanto, Ortner não dá importância suficiente ao fato fundamental de que homens e mulheres são seres sociais e culturais, ou ao corolário de que a “natureza” sempre tem um sentido social, um sentido que, além disso, varia muito em diferentes sociedades e em diferentes períodos históricos. Mesmo que as mulheres e suas tarefas tenham sido universalmente desvalorizadas, isso não significa que possamos compreender esse importante fato da existência humana fazendo perguntas em termos universais e procurando respostas gerais formuladas em termos de dicotomias universais. A distinção entre a vida doméstica e privada das mulheres e o mundo público dos homens

⁹ “Feministas radicais” é a expressão usada para distinguir as que argumentam que a oposição masculino-feminino é a causa da opressão das mulheres das “feministas liberais” e “feministas socialistas”.

não tem o mesmo significado na sociedade europeia pré-moderna e no capitalismo liberal atual, e ver a primeira e as sociedades caçadoras-coletoras da perspectiva de uma oposição geral entre natureza e cultura, ou público e privado, só pode levar a uma ênfase na biologia ou na “natureza”. Rosaldo criticou recentemente os argumentos sobre a subordinação das mulheres que, como o de Ortner, baseiam-se implicitamente na pergunta: “Como foi que começou?” Ela ressalta que buscar uma resposta de aplicação universal inevitavelmente opõe “mulher” ao “homem” e dá destaque a uma separação da vida doméstica em relação à “cultura” ou à “sociedade” por causa das “funções supostamente pan-humanas” que são assim atribuídas às mulheres” (Rosaldo, 1978, p. 24-5).

A tentativa mais completa de chegar uma resposta universal à pergunta sobre por que as mulheres são submetidas aos homens, e à oposição mais rigorosa entre natureza e cultura, pode ser encontrada nos escritos das feministas radicais que argumentam que a natureza é a causa única da dominação masculina. A versão mais conhecida desse argumento é *The dialectic of sex*, de Firestone, que também apresenta um exemplo de como uma forma de argumento feminista, embora ataque a separação liberal de público e privado, mantém-se no enquadramento do individualismo abstrato que ajuda a constituir essa divisão da vida social. Firestone reduz a história da relação entre natureza e cultura ou privado e público a uma oposição entre feminino e masculino. Ela argumenta que a origem do dualismo reside na “própria biologia – procriação” (Firestone, 1970, p. 8), uma desigualdade natural ou original que é base da opressão das mulheres e fonte de poder masculino. Os homens, ao confinar as mulheres à reprodução (natureza), libertaram-se “para os assuntos do mundo” (id., p. 232)¹⁰ e, assim, criaram e controlaram a cultura. A solução proposta é eliminar as diferenças (desigualdades) naturais entre os sexos pela introdução da reprodução artificial. Dessa forma, a “natureza” e a esfera privada da família vão ser abolidas e os indivíduos, de todas as idades, interagirão como iguais em uma ordem cultural (ou pública) indiferenciada.

O sucesso popular de *The dialectic of sex* se deve mais à necessidade das mulheres de continuar lutando pelo controle de seus corpos e sua capacidade reprodutiva do que a sua argumentação filosófica. O pressuposto fundamental do livro é que as mulheres necessariamente sofrem de “uma condição biológica fundamentalmente opressiva” (id., p. 255). Mas a biologia, em

¹⁰ Ela também não consegue distinguir “cultura” como arte, tecnologia etc., de “cultura” como a forma geral de vida da humanidade.

si, não é opressora nem libertadora; a biologia, ou a natureza, só se torna fonte de sujeição ou de criatividade livre para as mulheres porque tem sentido dentro de relações sociais específicas. O argumento de Firestone reduz as concepções sociais de “mulheres” e “homens” às categorias biológicas de “fêmea” e “macho” e, portanto, nega qualquer importância à complexa história do relacionamento entre homens e mulheres ou entre as esferas pública e privada. A autora se baseia em uma concepção abstrata de um indivíduo feminino natural, biológico, com uma capacidade reprodutiva que o coloca à mercê de um indivíduo masculino, que se supõe ter um impulso natural para subjugar o primeiro¹¹. Esta versão contemporânea de uma redução hobbesiana completa dos indivíduos ao seu estado natural leva a um beco sem saída teórico, uma conclusão talvez não surpreendente para um argumento que aceita implicitamente o argumento patriarcal de que a subordinação das mulheres é decretada pela natureza. O caminho para avançar não será encontrado em uma dicotomia universal entre natureza e cultura ou entre indivíduos femininos e masculinos. Em vez disso, como Rosaldo argumenta, é necessário desenvolver uma perspectiva teórica feminista que leve em conta as relações sociais entre homens e mulheres em estruturas historicamente específicas de dominação e subordinação; e, pode-se acrescentar, dentro do contexto de interpretações específicas do “público” e do “privado”.

Moralidade e poder

A longa luta para dar o direito de voto às mulheres é um dos mais importantes exemplos teóricos e práticos de ataques feministas à dicotomia entre o privado e o público. Argumentos sufragistas mostram como a tentativa de universalizar os princípios liberais leva a um questionamento do próprio liberalismo, e isto é ilustrado particularmente bem, ainda que implicitamente, na obra de J. S. Mill. Em que pese a enorme quantidade de atenção dispensada ao voto ao longo dos últimos 30 anos, quem estuda a política, teórica ou empiricamente, deu pouca atenção ao sentido político e às consequências do sufrágio masculino e feminino. Na literatura feminista recente, contudo, podem ser encontrados dois pontos de vista diferentes sobre as implicações da emancipação das mulheres para a separação entre o público e o privado. Há discordâncias sobre o papel do movimento sufragista – se serviu para reforçar a separação sexual na vida social, ou se, apesar de si próprio, foi uma forma de enfraquecê-la. Em meados do século XIX,

¹¹ Devo esta última questão a Elshtain (1978, p. 53).

quando o feminismo surgiu como movimento social e político organizado, o argumento da natureza havia sido aprimorado à doutrina das esferas separadas; homens e mulheres, alegava-se, tinham naturalmente lugares sociais distintos, mas complementares e igualmente valiosos. A diferença mais marcante entre as primeiras feministas e sufragistas e as feministas contemporâneas é que quase todas, no século XIX, aceitavam a doutrina das esferas separadas.

As primeiras feministas se opunham radicalmente à posição muito desigual das mulheres, mas as reformas que elas lutavam para alcançar – como o fim dos poderes legais dos maridos, que transformavam suas esposas em propriedade privada e em não pessoas civis, e a oportunidade de ter educação para que as mulheres solteiras pudessem se sustentar – foram vistas geralmente como meios para conquistar a igualdade para mulheres que permaneceriam com sua própria esfera privada. A suposição implícita era de que o sufrágio também significava coisas diferentes para homens e mulheres. Isso aparece claramente em uma das declarações mais apaixonadamente sentimentais e antifeministas da doutrina das esferas separadas. Em “Of Queens’ Gardens”, Ruskin argumenta que

o dever do homem, como membro da comunidade, é contribuir para a manutenção, o avanço, a defesa do Estado. O dever da mulher, como membro da comunidade, é contribuir para a ordenação, o conforto e o embelezamento do Estado” (Ruskin, 1979, p. 17).

A cidadania para as mulheres poderia, portanto, ser vista como uma sofisticação de suas tarefas domésticas privadas, e um dos principais argumentos das sufragistas era de que o voto seria um meio necessário para proteger e fortalecer a esfera especial das mulheres (um argumento que ganhou peso no final do século, quando as legislaturas cada vez mais se interessaram por questões sociais relacionadas à esfera das mulheres). Além disso, tanto antissufragistas mais fervorosos quanto sufragistas veementes concordavam em que as mulheres eram mais fracas, mas superiores moralmente e mais virtuosas, do que os homens. Os antissufragistas argumentavam que, sendo assim, o direito de voto fatalmente enfraqueceria o Estado, porque as mulheres não poderiam portar armas nem usar a força; os sufragistas rebatiam afirmando que a moralidade e a retidão superiores das mulheres transformariam o Estado e anunciariam um reino de paz. Tudo isso levou Elstain a argumentar que foi justamente por aceitar as premissas da doutrina das esferas separadas que as sufragistas “fracassaram, mesmo em seus próprios termos”. Longe de levantar um questionamento à separação entre público e privado, elas simplesmente “perpetuaram as próprias mistificações e

presunções inquestionadas que serviram para equipar o sistema contra elas” (Elshtain, 1974, p. 453-61).

Grande parte do argumento de Elshtain é conduzida em termos de dualidade de moralidade e poder, uma maneira de formular a separação do público e privado quando este está situado no interior da sociedade civil. Os teóricos liberais muitas vezes contrastam a esfera política (o Estado), a esfera de poder, força e violência, com a sociedade (o domínio privado), que é a esfera do voluntarismo, da liberdade e da regulação espontânea¹². No entanto, a discussão sobre as implicações da superioridade moral das mulheres e o uso que Elshtain faz da dualidade de moralidade e poder se referem antes à separação mais fundamental da esfera privada e doméstica em relação à vida pública ou à sociedade civil. Sendo assim, a oposição entre moralidade e poder se contrapõe à força física e à agressividade, os atributos naturais da masculinidade, exemplificados na força militar do Estado, contra amor e altruísmo, os atributos naturais da feminilidade, que são, paradigmaticamente, exibidos na vida doméstica, em que a esposa e mãe permanece como guardiã da moralidade¹³. Será que a luta pelo voto feminino ficou atada à separação e às dicotomias do liberalismo patriarcal, dentro da dualidade de moralidade e poder (que, mais uma vez, é uma forma de expressar a doutrina das esferas separadas), no nível sugerido por Elshtain? Votar é, afinal de contas, um ato político. Na verdade, passou a ser visto como o ato político de um cidadão liberal-democrático, e a cidadania é um status de igualdade civil ou pública formal.

Uma avaliação diferente do movimento sufragista é apresentada em um trabalho recente de DuBois, que argumenta que a razão pela qual os dois lados da luta pelo direito de voto o consideravam a reivindicação feminista fundamental era que ele dava às mulheres “uma conexão com a ordem social não baseada na instituição da família e sua subordinação dentro dela (...) Como cidadãs e eleitoras, as mulheres participariam diretamente da sociedade como indivíduos, e não indiretamente, através de sua posição subordinada como esposas e mães” (DuBois, 1975, p. 64 e 66). DuBois

12 Um argumento recente que se baseia nesse contraste é Steinberg (1978, caps. 5-7). A ênfase no consentimento dá uma aparência de moralidade à esfera privada, que é muito menos evidente quando, como costuma ser o caso, o interesse próprio é visto como o princípio que rege a sociedade civil (privada). Enquanto a divisão dentro da sociedade civil é considerada como liberdade (como interesse próprio) em oposição a poder, a localização da moralidade dentro da vida doméstica é mais marcada, mas apresenta um sério problema de ordem para a sociedade pública liberal ou civil.

13 Um problema agudo com relação a “natureza” e “natureza” da mulher surge agora porque as mulheres são vistas tanto como guardiãs naturais da moralidade quanto como naturalmente subversivas do ponto de vista político.

ênfatisa que as sufragistas não questionavam a “adequação peculiar” das mulheres à vida doméstica, mas a reivindicação do voto constituía uma negação de que as mulheres fossem naturalmente adequadas apenas à vida privada. Portanto, a reivindicação do sufrágio chegava ao coração da acomodação mútua entre patriarcalismo e liberalismo, já que conquistar o voto significava que, pelo menos em um aspecto, as mulheres deveriam ser admitidas como “indivíduos”. É por isso que DuBois pode argumentar que a demanda das mulheres por um status público e de igualdade com os homens “expunha e questionava a presunção da autoridade masculina sobre as mulheres” (DuBois, 1978, p. 46). Uma importante consequência de longo prazo do voto feminino e outras reformas que levaram à atual posição das mulheres de (quase) igualdade política e jurídica formal com os homens é que a contradição entre a igualdade civil e a sujeição social, especialmente familiar, incluindo as crenças que ajudam a constituí-la, agora é nitidamente revelada. A separação liberal-patriarcal das esferas pública e privada se tornou um problema político.

As dimensões do problema são descritas – de forma muito clara, com o benefício da visão retrospectiva – no ensaio feminista de John Stuart Mill, “A sujeição das mulheres”, e seus argumentos pelo sufrágio feminino. O ensaio de Mill mostra que a suposição de que se possa acrescentar um status político individual ao lugar reservado para as mulheres na esfera privada, deixando-o intacto, ou mesmo fortalecido, é insustentável. Ou, para argumentar de outra forma, os princípios liberais não podem simplesmente ser universalizados para que se estendam às mulheres na esfera pública sem levantar um problema agudo com relação à estrutura patriarcal da vida privada. Mill mostra teoricamente, como o movimento feminista tem revelado na prática, que as esferas estão integralmente relacionadas e que a participação plena e igual das mulheres na vida pública é impossível sem mudanças na esfera doméstica.

Em “A sujeição das mulheres”, Mill argumenta que a relação entre homens e mulheres, ou mais especificamente entre maridos e esposas, constitui uma exceção injustificada e injustificável aos princípios liberais de liberdade individual e igualdade, livre escolha, igualdade de oportunidades e alocação de ocupações por mérito que (ele acredita) regem outras instituições sociais e políticas do século XIX na Grã-Bretanha. A subordinação social das mulheres é “uma relíquia única de um velho mundo de pensamento e prática, destruído em tudo o mais” (Mill, 1970, p. 146). No início do ensaio, Mill ataca o apelo à natureza e argumenta que nada se pode saber sobre as

diferenças naturais, se elas existem, entre homens e mulheres até que haja evidências disponíveis sobre seus respectivos atributos dentro de relações e instituições onde interajam como iguais e não como superiores e inferiores. Grande parte do argumento de Mill é dirigida contra os poderes legalmente sancionados de maridos que os colocavam na posição de senhores de escravos em relação a suas esposas. A reforma jurídica deveria transformar a família, de uma “escola de despotismo”, em uma “escola de solidariedade na igualdade” e uma “verdadeira escola de virtudes da liberdade” (id., p. 174-175). No entanto, como apontaram recentes críticas feministas, no final, ele recai no mesmo argumento que crítica, baseado na natureza. Embora Mill argumente que, nas circunstâncias correntes de criação das mulheres, de falta de educação formal e de oportunidades de trabalho, e pressões legais e sociais, elas não tivessem liberdade para escolher entre se casar ou não, ele também pressupõe que, mesmo após a reforma social, a maioria das mulheres ainda optaria pela dependência conjugal. Ele afirma que seria em geral entendido que, ao se casar, a mulher escolhe sua “carreira”, assim como um homem entrando em uma profissão: “Ela faz a escolha da administração de uma casa e da educação de uma família, como a prioridade para seus esforços ... Ela renuncia [a todas as ocupações] que não sejam coerentes com as exigências dessa situação” (id., p. 179). Portanto, é inevitável perguntar por que, se o casamento é uma “carreira”, os argumentos liberais sobre igualdade (pública) de oportunidades têm qualquer relevância para as mulheres.

Mill introduziu a primeira proposta em defesa do voto feminino na Câmara dos Comuns em 1867. Ele defendeu votos para as mulheres pelas mesmas razões que apoiava o voto dos homens; porque era necessário para a autoproteção ou a proteção de interesses, e porque a participação política ampliaria as capacidades das mulheres. No entanto, nem sempre se entende que a aceitação de Mill de uma divisão sexual do trabalho convencional ou da separação da vida doméstica e da pública prejudique seu argumento em favor do voto. A dificuldade óbvia de seu argumento é que, como esposas, as mulheres serão confinadas, em grande parte, ao pequeno círculo da família, de modo que terão dificuldades de usar seus votos para proteger seus interesses. Elas não serão capazes de aprender quais são seus interesses sem a experiência fora da vida doméstica. Este ponto é ainda mais crucial para o argumento de Mill sobre desenvolvimento individual e educação através da participação política. Mill, no que Benn e Gaus chamam de seu “texto liberal representativo”, refere-se ao desenvolvimento de um “espírito público” pelos cidadãos (Benn e Gaus, 1983, cap. 2, referindo-se a *Considerations on*

Representative Government, de Mill). Em “A sujeição das mulheres”, ele escreve sobre a elevação do indivíduo “como ser moral, espiritual e social” que ocorre sob ‘a influência enobrecedora’ do governo livre” (Mill, 1970, p. 237). Esta é uma afirmação importante a se fazer com relação ao ato periódico de depositar uma cédula, e Mill não achava que essas consequências surgiriam apenas pelo voto. Ele escreve que a “cidadania” – e aqui eu considero que ele esteja se referindo ao sufrágio universal – “preenche apenas um pequeno lugar na vida moderna, e nem chega perto dos hábitos diários ou dos sentimentos mais íntimos” (id., p. 174). Ele continua argumentando que a família (reformada) é a verdadeira escola de liberdade. No entanto, isso não é mais plausível do que a afirmação sobre o voto liberal-democrático. Uma família patriarcal despótica não é escola de cidadania democrática, mas a família igualitária, por si só, tampouco pode substituir a participação em uma ampla variedade de instituições sociais (especialmente o local de trabalho) que Mill, em seus outros escritos políticos e sociais, argumenta ser a necessária educação para a cidadania. Como esposas que “escolheram” a vida privada podem desenvolver um espírito público? Dessa forma, as mulheres serão exemplos dos seres privados e egoístas, sem sentido de justiça, que resultam, de acordo com Mill, quando os indivíduos não têm experiência de vida pública.

Ao não questionar, em última análise, a divisão sexual “natural” do trabalho, Mill fragiliza seu argumento em defesa de um status público igual para as mulheres. Seu argumento em “A sujeição das mulheres” se baseia em uma extensão dos princípios políticos à esfera doméstica – o que imediatamente coloca em questão a separação de privado e público e a oposição entre os princípios de associação nas duas esferas. Ele não teria permanecido como teórico liberal “exemplar” de Benn e Gaus se não tivesse, pelo menos em parte, confirmado a ideologia patriarcal-liberal da separação entre o público e o privado. Por outro lado, ao colocar em dúvida a separação lockiana original do poder paterno e político, e com o argumento de que os mesmos princípios políticos se aplicam à estrutura da vida familiar e à vida política, Mill também levanta uma importante questão sobre o status da família. A linguagem de “escravos”, “senhores”, “igualdade”, “liberdade” e “justiça” sugere que a família é uma associação convencional, e não natural. Mill não gostaria de chegar à conclusão de que a família é política, mas muitas feministas contemporâneas o fizeram. O *slogan* mais popular do movimento feminista atual é “o pessoal é o político”, que não só rejeita explicitamente a separação liberal do privado e do público, mas também sugere que não se pode ou não se deve fazer qualquer distinção entre as duas esferas.

“O pessoal é o político”

O *slogan* “o pessoal é o político” oferece um ponto de partida útil para comentar algumas das ambiguidades do público e do privado no patriarcalismo liberal e, também, à luz de algumas das suas interpretações feministas mais literais, fazer mais comentários sobre uma concepção feminista alternativa do político. Seu grande impacto foi desmascarar o caráter ideológico das afirmações liberais sobre o privado e o público. A ideia de que “o pessoal é o político” tem chamado a atenção das mulheres para a maneira com que somos incentivadas a ver a vida social em termos pessoais, como uma questão de capacidade individual ou sorte para encontrar um homem decente com quem se casar ou um local adequado onde morar. As feministas têm enfatizado como as circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos, por leis sobre estupro e aborto, pelo status de “esposa”, pelas políticas de atenção às crianças e atribuição de benefícios de previdência, e a divisão sexual do trabalho na casa e no local trabalho. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos por meios políticos e ação política.

A popularidade do lema e sua força para as feministas decorrem da complexidade da posição das mulheres nas sociedades liberal-patriarcais contemporâneas. O privado ou pessoal e o público ou político são considerados separados e irrelevantes um para o outro; a experiência cotidiana das mulheres confirma essa separação, embora, simultaneamente, negue-a e afirme a conexão integral entre as duas esferas. A separação do público e do privado faz parte das nossas vidas reais, ao mesmo tempo em que é uma mistificação ideológica da realidade liberal-patriarcal.

A separação da vida privada e doméstica das mulheres em relação ao mundo público dos homens foi constitutiva do liberalismo patriarcal já em suas origens e, desde meados do século XIX, a esposa economicamente dependente tem sido apresentada como o ideal para todas as classes respeitáveis da sociedade. A identificação das mulheres e da esfera doméstica também está sendo reforçada atualmente pelo renascimento de organizações antifeministas e a reformulação “científica” do argumento da natureza por sociobiólogos¹⁴. É claro que as mulheres nunca estiveram completamente excluídas da vida pública, mas a forma como elas são incluídas está baseada, tão firmemente quanto sua posição na esfera doméstica, em crenças e práticas patriarcais. Por exemplo, até mesmo muitos antissufragistas estavam

14 Sobre sociobiologia, ver, por exemplo, Wilson (1975) e Goldberg (1974). Para uma crítica, ver, por exemplo, (Green, 1981, cap. 5).

dispostos a aceitar que as mulheres fossem educadas para que pudessem ser boas mães e para que se envolvessem na política local e na filantropia, porque essas atividades podiam ser vistas, de uma forma que o voto não podia, como uma extensão direta de suas tarefas domésticas. Hoje, as mulheres ainda têm, na melhor das hipóteses, representação meramente simbólica nos corpos políticos oficiais; a vida pública, embora não inteiramente vazia de mulheres, ainda é o mundo dos homens e por eles dominado.

Repetindo, uma grande quantidade de mulheres de classe trabalhadora sempre teve de entrar no mundo público do emprego remunerado para garantir a sobrevivência de suas famílias, e uma das características mais marcantes do capitalismo pós-guerra foi o emprego de um número sempre crescente de mulheres casadas. No entanto, a presença delas serve para destacar a continuidade patriarcal que existe entre a divisão sexual do trabalho na família e a divisão sexual do trabalho no local de trabalho. Pesquisas feministas mostraram como as mulheres trabalhadoras estão concentradas em umas poucas áreas profissionais (“trabalho de mulheres”), em empregos malremunerados, de baixo status e sem ocupar cargos de chefia¹⁵. As feministas também têm chamado a atenção para o fato de que as discussões sobre a vida no trabalho, seja por liberais adeptos do *laissez-faire* ou por marxistas, sempre pressupõem que é possível entender a atividade econômica abstraída da vida doméstica. “Esquece-se” de que o trabalhador, que invariavelmente se assume que seja um homem, pode estar pronto para o trabalho e se concentrar em seu trabalho, livre das demandas cotidianas de preparar comida, lavar e limpar, e cuidar dos filhos, porque estas tarefas são executadas sem remuneração por sua esposa. E se ela também for uma trabalhadora assalariada, ela trabalha mais um turno nessas atividades “naturais”. Uma análise e uma explicação completas da estrutura e do funcionamento do capitalismo só acontecerão quando a figura do trabalhador for acompanhada da figura da dona de casa.

As feministas concluem que os mundos liberais “separados” da vida privada e da pública estão, na verdade, interligados, conectados por uma estrutura patriarcal. Esta conclusão novamente destaca o problema do status da esfera “natural” da família, que é pressuposto pelas relações convencionais da sociedade civil, ainda que seja considerado separado e irrelevante em relação a elas. A esfera da vida doméstica está no coração da sociedade civil e não afastada ou separada dela. Uma convicção generalizada de que

¹⁵ Ver, por exemplo, sobre a Austrália, Hargreaves (1982); sobre a Inglaterra, West (1982); sobre os Estados Unidos, Eisenstein (1978, cap. 9).

isto é assim se revela na preocupação contemporânea com a crise, o declínio, a desintegração da família nuclear que é vista como baluarte da vida moral civilizada. O fato de a família ser um “grande problema social” é significativo, pois o “social” é uma categoria que pertence à sociedade civil, e não ao espaço fora dela – ou, mais precisamente, é um dos dois lados em que a sociedade civil pode ser dividida: o social (privado) e o político (público). Donzelot explorou recentemente a forma como o surgimento do social é também o surgimento do “trabalho social” e de uma grande variedade de formas de “policiar” (politicamente) a família, dando às mães um status social e controlando as crianças¹⁶. As feministas também têm investigado como a vida pessoal e familiar é regulada politicamente, uma investigação que nega a alegação liberal convencional de que as prerrogativas do Estado terminam no portão da casa da família. Elas mostraram como a família é uma grande preocupação do Estado e como, através de legislação sobre casamento e sexualidade e as políticas do Estado de bem-estar social, a condição de subordinação das mulheres é pressuposta e mantida pelo poder do Estado¹⁷.

Essas críticas feministas à dicotomia entre privado e público enfatizam que as categorias se referem a duas dimensões inter-relacionadas da estrutura do patriarcalismo liberal; elas não sugerem necessariamente que “não se possa ou não se deva fazer qualquer distinção entre os aspectos pessoais e políticos da vida social. O lema “o pessoal é o político” pode, no entanto, ser tomado literalmente. Por exemplo, Millett, em *Política sexual*, rejeita implicitamente a distinção de Locke entre poder paterno e político. Na ciência política, o político é definido, com frequência, em termos de poder, mas os cientistas políticos invariavelmente não levam sua definição até a conclusão lógica. Millett concorda com a definição, mas, em contrapartida, afirma que todo o poder é político, de modo que, como os homens exercem poder sobre as mulheres de muitas formas na vida pessoal, faz sentido falar de “política sexual”, e o “domínio sexual (...) oferece [o] conceito mais fundamental de poder” (Millett, 1971, p. 25). O pessoal se torna o político. Esta abordagem esclarece muitos aspectos desagradáveis da vida sexual e doméstica, principalmente sua violência, que permanecem ocultos com muita frequência, mas não avança muito na crítica ao liberalismo patriarcal. Como

16 “A coisa mais surpreendente é o status que ‘o social’ ganhou em nossas cabeças, como algo que consideramos dado” (Donzelot, 1979, p. xxvi).

17 Sobre casamento ver, por exemplo, Barker (1978); sobre estupro, ver Johnson (1980, p. 136-146); sobre o estado de bem-estar, ver, por exemplo, Wilson (1977).

a feminista radical tenta eliminar a natureza, como um lado da dicotomia, Millett também busca eliminar o poder, ecoando, assim, a visão sufragista de uma transformação moral da política. Mas isso nada faz para questionar a associação (ou identificação) liberal daquilo que é político com o poder ou questionar a associação das mulheres com o “lado” moral da dualidade.

Outras feministas também rejeitaram a identificação do político com o poder. Às vezes, invertendo o patriarcalismo liberal, apenas se afirma que, bem entendida, a vida política é, portanto, intrinsecamente feminina (McWilliams, 1974, p. 161). De maneira mais produtiva, a rejeição feminista ao poder “masculino” também se apóia em uma concepção alternativa do político. Diz-se que a política é a área “de valores compartilhados e cidadania” (id., *ibid.*), ou que ela “inclui valores compartilhados e preocupações cívicas entre os quais o poder é apenas um aspecto” (Iglitzin, 1974, p. 34). Essas concepções permanecem subdesenvolvidas nos escritos feministas, mas estão estreitamente relacionadas aos argumentos dos críticos do liberalismo que deploram a despolíticação da sociedade civil ou a perda, pelo liberalismo, de um sentido distinto do político. Por exemplo, Habermas defende a comunicação pública compartilhada para que os problemas políticos importantes possam ser racionalmente avaliados, e Wolin afirma que o “público” e o “comum” são “sinônimos daquilo que é político”, de modo que “uma das qualidades essenciais do que é político ... é sua relação com o que é “público” (Habermas, 1974; Wolin, 1961, p. 9, 2). Esses críticos e algumas feministas concordam em que o que não é pessoal é público – e que o que é público é político. A implicação é que não há divisão dentro da sociedade civil, que é o domínio da vida política pública, coletiva e comum da comunidade. No entanto, o argumento costuma ser desenvolvido sem qualquer consideração de como essa concepção da esfera público-política está relacionada à vida doméstica, sem mesmo qualquer indicação de que esse problema se coloque. As feministas postularam esta questão fundamental, mas ainda não a responderam. O que se pode dizer é que, embora o pessoal não seja o político, as duas esferas são dimensões necessárias e inter-relacionadas de uma futura ordem social democrática feminista.

Condições para uma alternativa feminista ao patriarcalismo liberal

As críticas feministas à oposição liberal-patriarcal entre privado e público levantam questões teóricas fundamentais, bem como complexos

problemas práticos para a criação de uma transformação social radical. Mas há uma objeção aos argumentos feministas que nega que nosso projeto sequer seja sensato. Wolff afirmou recentemente, de uma posição simpática ao feminismo, que a superação da separação entre as duas esferas apresenta um problema inerentemente insolúvel. “Lutar contra a divisão” é inútil; o melhor que se pode conseguir é ajustes *ad hoc* na ordem existente. A separação entre público e privado deriva de duas “concepções igualmente plausíveis e totalmente incompatíveis de natureza humana”. Uma é a do “homem [*sic*] como essencialmente racional, atemporal, a-histórico”, e a segunda é a do “homem como essencialmente ligado ao tempo, histórico, cultural e biologicamente condicionado”¹⁸. Argumentar que todos deveriam ser tratados no mundo público como se sexo, classe, cor, idade e religião não contassem é insistir que devemos negar os fatos humanos mais básicos sobre nós mesmos e, assim, acentuar a desumanidade e a alienação do presente. Mas as duas concepções de Wolff não são de uma única natureza “humana”, e estão longe de ser igualmente plausíveis; elas representam a visão liberal-patriarcal das verdadeiras naturezas de mulheres (privadas) e homens (públicos). Os seres humanos são criaturas ligadas ao tempo, biológica e culturalmente específicas. Somente a partir de uma perspectiva individualista liberal (que não é capaz de se reconhecer como perspectiva patriarcalista) que abstraia o indivíduo do sexo masculino da esfera onde sua esposa permanece em sujeição natural e depois generalize essa abstração como homem público, é que essa oposição da natureza “humana”, de mulheres e homens, privado e público, pode parecer filosófica ou sociologicamente plausível.

As feministas estão tentando desenvolver a teoria de uma prática social que, pela primeira vez no mundo ocidental, seria uma teoria verdadeiramente geral que incluísse homens e mulheres de forma igual – baseada na inter-relação da vida individual com a coletiva ou da vida pessoal com a política, em vez de sua separação e oposição. No nível imediatamente prático, esta demanda é expressa no que talvez seja a conclusão mais clara das críticas feministas: de que, para que as mulheres participem plenamente, como iguais, da vida social, os homens têm de dividir de forma igual a criação das crianças e outras tarefas domésticas. Enquanto as mulheres se identificarem com esse trabalho “privado”, seu status público será sempre prejudicado. Esta conclusão não nega, como muitas vezes é alegado, o fato biológico

¹⁸ Wolff (1976, p. 137, 142-143) também se opõe à luta feminista contra a separação entre público e privado porque ela transforma pressupostos normativos sobre a natureza humana na defesa de novas formas de instituições sociais – uma objeção estranhamente equivocada à luz do pressuposto sobre a natureza de mulheres e homens corporificada no liberalismo patriarcal.

natural de que as mulheres, e não os homens, dão à luz; o que ela nega é a afirmação patriarcal de que este fato natural implica que apenas as mulheres possam cuidar das crianças. A participação igual na criação das crianças e em outras atividades da vida doméstica pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública, na organização da produção, no que se entende por “trabalho” e na prática da cidadania. A crítica feminista à divisão sexual do trabalho no local de trabalho e em organizações políticas de todas as tendências ideológicas, bem como sua rejeição à concepção liberal-patriarcal sobre a política, amplia e aprofunda o desafio ao capitalismo liberal postulado pela crítica participativa democrática e marxista nas duas últimas décadas, mas também vai muito além dele.

A tentação, como mostra o argumento de Wolff, é supor que, para que as mulheres assumam seu lugar como “indivíduos” públicos, o conflito diz respeito à universalização do liberalismo. Mas isso é ignorar o mérito feminista em evidenciar o caráter patriarcal do liberalismo e as ambiguidades e contradições da sua concepção de privado e público. Uma análise completa das várias expressões da dicotomia entre o privado e o público ainda tem de ser apresentada, juntamente com uma exploração sobre as implicações da dupla separação da vida doméstica em relação à sociedade civil e do privado em relação ao público dentro da própria sociedade civil, mais profunda do que seria possível fazer neste texto. As críticas feministas sugerem uma perspectiva dialética sobre a vida social como alternativa às dicotomias e oposições do liberalismo patriarcal. É tentador, como evidenciaram as próprias feministas, substituir oposição por negação (negar que a natureza tenha qualquer lugar em uma ordem feminista) ou supor que a alternativa à oposição seja harmonia e identificação (o pessoal é o político: a família é política). Os pressupostos do liberalismo patriarcal permitem apenas estas duas alternativas, mas as críticas feministas pressupõem que haja uma terceira.

O feminismo busca uma ordem social diferenciada dentro da qual as várias dimensões sejam distintas, mas não separadas nem opostas, e que se baseie em uma concepção social da individualidade que inclua mulheres e homens como criaturas biologicamente diferenciadas, mas não desiguais. No entanto, mulheres e homens, e o privado e o público, não estão necessariamente em harmonia. Dadas as implicações sociais da capacidade reprodutiva das mulheres (Petchesky, 1980, p. 661-685), certamente é utópico supor que a tensão entre o pessoal e o político, entre amor e justiça, entre individualidade e comunidade vá desaparecer juntamente com o liberalismo patriarcal.

A gama de problemas filosóficos e políticos que estão implícita ou explicitamente envolvidos nas críticas feministas indica que uma alternativa feminista totalmente desenvolvida ao liberalismo patriarcal apresentaria sua primeira “crítica total” de fato¹⁹. Três grandes críticos masculinos do liberalismo abstratamente individualista já afirmam ter apresentado essa crítica, mas sua afirmação deve ser rejeitada. Rousseau, Hegel e Marx argumentaram, todos, que haviam deixado para trás as abstrações e dicotomias do liberalismo e preservado a individualidade dentro da comunidade. Rousseau e Hegel excluíram explicitamente as mulheres desse empreendimento, limitando esses seres politicamente perigosos à obscuridade do mundo natural da família; Marx também não conseguiu libertar a si e a sua filosofia dos pressupostos patriarcais. A crítica feminista total à oposição liberal entre privado e público ainda aguarda sua filósofa.

Referências

- STONE, Lawrence (1977). *The family, sex and marriage in England: 1500-1800*. Londres: Weidenfeld & Nicholson.
- BARKER, Diana Leonard (1978). “The regulation of marriage: repressive benevolence”. In: LITTLEJOHN, Garry et al. (org.). *Power and the state*. Londres: Croom Helm.
- BENN, Stanley I. e GAUS, G. F. (eds.) (1983). *Public and private in social life*. Londres e New York: Croom Helm.
- BRENNAN, Teresa e PATEMAN, Carole (1979). “Mere auxiliaries to the commonwealth: women and the origins of liberalism”. *Political Studies*, v. 27, n. 2, p. 183-200.
- DONZELOT, J. (1979). *The policing of families*. New York: Pantheon Books.
- DUBOIS, Ellen (1975). “The radicalism of the woman suffrage movement”. *Feminist Studies*, v. 3, p. 63-71.
- DUBOIS, Ellen (1978). *Feminism and suffrage*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- EISENSTEIN, Zillah (1981). *The radical future of liberal feminism*. New York: Longman.
- ELSHTAIN, Jean Bethke (1974). “Moral woman and immoral man: a consideration of the public-private split and its political ramifications”. *Politics and Society*, v. 4, n. 4, p. 453-61.

¹⁹ A frase é de Unger (1975). A afirmação de Unger, de que apresentou uma crítica total do liberalismo, também deve ser rejeitada. Ele não vê que as antinomias de teoria e fato, razão e desejo, e regras e valores são ao mesmo tempo, expressões da antinomia patriarcal entre homem e mulher. Ele afirma (p. 59) que “a forma política da oposição da razão formal ao desejo arbitrário é o contraste entre existência pública e privada”, mas também é a oposição entre a “natureza” de homens e mulheres.

- ELSHTAIN, Jean Bethke (1978). "Liberal heresies: existentialism and repressive feminism". In: MCGRATH, Michael (org.). *Liberalism and the modern polity*. New York: Marcel Dekker.
- FIRESTONE, Sulamith (1970). *The dialectic of sex*. New York: W. Morrow.
- GOLDBERG, Steven (1974). *The inevitability of patriarchy*. 2a ed. New York: W. Morrow.
- GREEN, Philip (1981). *The pursuit of inequality*. Oxford: Martin Robertson.
- HABERMAS, Jürgen (1974). "The public sphere". *New German Critique*, v. 6, n. 3, p. 49-55.
- HAMILTON, Roberta (1978). *The liberation of women: a study of patriarchy and capitalism*. Londres: Allen & Unwin.
- HARAWAY, Donna (1978). "Animal sociology and a natural economy of the body politic, part I: a political physiology of dominance". *Signs*, v. 4, n. 1, p. 21-36.
- HARGREAVES, Kaye (1982). *Women at work*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.
- HARTMANN, Heidi (1976). "Capitalism, patriarchy and job segregation by sex". *Signs*, v. 1, n. 3, p. 137-69.
- IGLITZIN, Lynne B. (1974). "The making of the apolitical woman: femininity and sex-stereotyping in girls". In: JAQUETTE, Jane L. (org.). *Women in politics*. New York: Wiley.
- JOHNSON, Allan Griswold (1980). "On the prevalence of rape in the United States". *Signs*, v. 6, n. 1, p. 136-46.
- LOCKE, John (1967). *Two treatises of government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MCWILLIAMS, Nancy (1974). "Contemporary feminism, consciousness raising and changing views of the political". In: JAQUETTE, Jane L. (org.). *Women in politics*. New York: Wiley.
- MILL, John Stuart (1970). "The subjection of women". In: MILL, John Stuart e Harriet Taylor MILL. *Essays on sex equality*. Chicago: University of Chicago Press.
- MILLETT, Kate. (1971). *Sexual politics*. Londres: Hart-Davis.
- MILLS, Patricia Jagentowicz (1979). "Hegel and 'the woman question': recognition and intersubjectivity". In: CLARK, Lorrene e LANGE Lynda (org.). *The sexism of social and political theory*. Toronto: University of Toronto Press.
- OAKLEY, Ann (1974). *Housewife*. Londres: Allen Lane.
- ORTNER, Sherry B. (1974). "Is female to male as nature is to culture?". In: ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (org.). *Women, culture and society*. Stanford: Stanford University Press.

- PETCHESKY, Rosalind Pollack (1980). "Reproductive freedom: beyond 'a woman's right to choose'". *Signs*, v. 5, n. 4, p. 661-85.
- RAWLS, John (1971). *A theory of justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- REIMAN, Jeffrey (1976). "Privacy, intimacy, and personhood". *Philosophy and Public Affairs*, v. 6, n. 1, p. 26-44.
- ROSALDO, Michelle Z. (1980). "The use and abuse of anthropology: reflections on feminism, and cross-cultural understanding". *Signs*, 5(3), p. 409.
- RUSKIN, John (1979). "Of queens' gardens". In: BAUER, Carol e PITT, Lawrence (org.). *Free and ennobled*. Oxford: Pergamon Press.
- STEINBERG, Jules (1978). *Locke, Rousseau and the idea of consent*. Westport: Greenwood Press.
- UNGER, Roberto Mangabeira (1975). *Knowledge and politics*. New York, Free Press.
- WEST, J. (org.) (1982). *Women, work and the labour market*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- WILSON, Elizabeth (1977). *Women and the Welfare State*. Londres: Tavistock.
- WILSON, Edward O. (1975). *Sociobiology: the new synthesis*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- WOLFF, Robert P. (1976). "There's nobody here but us persons". In: GOULD, C. e WARTOFSKY, M. (org.). *Women and philosophy*. New York: Putnams.
- WOLIN, Sheldon (1961). *Politics and vision*. Londres: Allen & Unwin.